

PARECER CONJUNTO Nº 043/2025

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E DA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, SOBRE O PROJETO
DE LEI Nº 075/2025 DE AUTORIA DA MESA DIRETORA.

I - Relatório:

Por meio do Projeto de Lei de nº 075/2025, a Mesa Diretora objetiva alterar o art. 2º da Lei Municipal nº 1498/2023.

Referida matéria foi protocolada nesta Casa Legislativa em 17 de novembro de 2025, estando nesta Comissão Conjunta em atendimento às normas legais e regimentais que disciplinam a sua tramitação, estando sob a responsabilidade destas Relatorias para que seja exarado parecer sobre sua constitucionalidade, legalidade e mérito.

É o relatório.

II - Fundamentação:

Nos termos do Regimento Interno, à Comissão de Constituição e Justiça compete apreciar todas as matérias quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, manifestando-se, entre outros aspectos relevantes, sobre a regularidade da matéria no que tange ao poder de iniciativa e à competência legislativa, caso em que deverão ser observadas as normas constitucionais aplicáveis à espécie.

Já à Comissão de Finanças e Orçamento cabe destacar a função de dizer sobre as proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir a despesa ou a receita pública; sobre a atividade financeira do Município; sobre a fiscalização da execução orçamentária; e sobre o projeto de lei orçamentária.

O projeto de lei em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e a boa técnica redacional, embora pendente de justificativa anexada.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa.

Quanto à competência, a iniciativa cabe a Câmara, nos termos do inciso II do art. 45 da Lei Orgânica.

A proposta de alteração do art. 2º da Lei Municipal nº 1498/2023 justifica-se diante da ampliação significativa das responsabilidades desempenhadas pelo servidor efetivo designado para a função de responsável pelo gerenciamento do Anexo Lino Queiroz de Barros. Esse servidor exerce papel essencial na organização e no pleno funcionamento dos gabinetes parlamentares, coordenando a utilização dos espaços pelos Vereadores e seus Assessores Parlamentares, orientando sobre regras de uso, boas práticas de convivência, manutenção adequada das instalações e cumprimento dos deveres funcionais.

Até fevereiro de 2025, a Câmara Municipal contava com 13 assessores parlamentares, número equivalente aos 13 gabinetes existentes. No entanto, a ampliação do quadro de apoio resultou no total de 26 assessores atuando nos mesmos 13 gabinetes, o que dobrou a demanda de acompanhamento, organização e supervisão por parte do servidor responsável pelo anexo. Com o aumento expressivo da movimentação, da necessidade de gestão cotidiana e da

complexidade das atividades, tornou-se indispensável ajustar a gratificação atualmente prevista, de modo a refletir a real carga de trabalho e a responsabilidade inerente à função.

Constata-se o atendimento aos ditames do art. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao quórum de votação, a Câmara somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta dos Vereadores, adotando, *in caso*, a votação nominal e por maioria simples, nos termos do Regimento Interno.

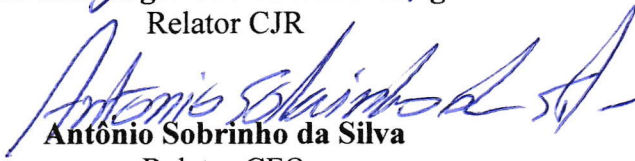
Por fim, sendo aprovado, o mesmo será enviado para o devido autógrafo e posterior sanção ou veto do Executivo, tudo conforme os trâmites previstos na legislação municipal.

III - Opinião:

Por todo o exposto, considerando os fundamentos legais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, estas Relatorias expõem parecer FAVORÁVEL ao seguimento regular da matéria, tendo em vista a constitucionalidade, legalidade e interesse quanto ao mérito.

Amontada/CE, 27 de novembro de 2025.


Raimundo Sigefredo Santos Rodrigues
Relator CJR

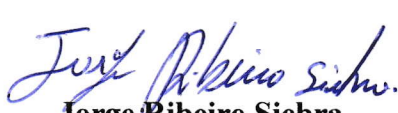
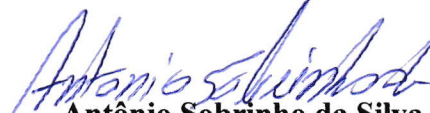
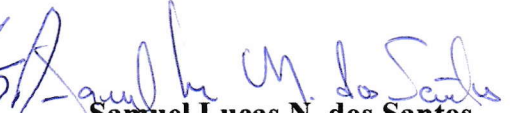

Antônio Sobrinho da Silva
Relator CFO

IV – Decisão da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final




Analizadas as contextualizações e argumentações dos relatores, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e a Comissão de Finanças e Orçamento, seguem o Parecer dos Relatores, manifestando-se FAVORÁVEIS ao Projeto de Lei nº 075/2025, para que em seguida tenha a continuidade regimental nesta Câmara de Vereadores.

Amontada/CE, 27 de novembro de 2025.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

 Jorge Ribeiro Siebra Presidente	 Antônio Sobrinho da Silva Relator	 Samuel Lucas N. dos Santos Membro
<input checked="" type="checkbox"/> a favor, pelas conclusões do parecer.	<input checked="" type="checkbox"/> a favor, pelas conclusões do parecer.	<input checked="" type="checkbox"/> a favor, pelas conclusões do parecer.
<input type="checkbox"/> contra, pela reprovação do parecer.	<input type="checkbox"/> contra, pela reprovação do parecer.	<input type="checkbox"/> contra, pela reprovação do parecer.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

 Maria Sirnara Saldanha Freitas Presidente	 Raimundo Sigefredo S. Rodrigues Relator	 Wangles Praciano Carneiro Membro
<input checked="" type="checkbox"/> a favor, pelas conclusões do parecer.	<input checked="" type="checkbox"/> a favor, pelas conclusões do parecer.	<input checked="" type="checkbox"/> a favor, pelas conclusões do parecer.
<input type="checkbox"/> contra, pela reprovação do parecer.	<input type="checkbox"/> contra, pela reprovação do parecer.	<input type="checkbox"/> contra, pela reprovação do parecer.